

Brasília-DF, 04 de julho de 2025

Conferência Livre de Mulheres Trabalhadoras plano CNTI, Região SUL destaca desafios para Igualdade no Mundo do Trabalho



Com o tema "**Igualdade no Mundo do trabalho, Autonomia Econômica e a Política do Cuidado**" a CNTI realizou na manhã da última segunda-feira, dia 30 de junho do corrente, a segunda Conferência Livre, desta vez com mulheres sindicalistas da região SUL, de forma virtual pela plataforma ZOOM. O evento foi realizado em parceria com o DIEESE e Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política do Cuidado do Ministério das Mulheres. A atividade é uma das etapas para 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que será realizada de 29 de setembro a 01 de outubro do corrente, em Brasília, sob o tema "**Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas**".

A Secretária para Assuntos da Mulher da CNTI, Sonia Zerino, abriu atividade saudando a todas as mulheres trabalhadoras sindicalistas destacando a importância da unidade no movimento sindical. Precisamos avançar no debate da pauta de gênero no mundo do trabalho. Esse é um momento considerável para avançarmos, construindo e aprovando propostas que incidam diretamente para melhorias da vida e os direitos das mulheres trabalhadoras.

Em seguida passou a palavra ao presidente da Confederação, Dr. José Reginaldo, que iniciou sua fala dando boas-vindas a todas as participantes e as palestrantes convidadas. Sobre a temática da conferência, frisou a urgência em se observar as diferentes realidades das trabalhadoras brasileiras para que a igualdade seja efetivamente concreta. Ressaltou a importância do fim da escala 6X1 que agrava as desigualdades de gênero, já que as mulheres, historicamente, são as principais responsáveis pelos cuidados familiares. Conclamou as trabalhadoras para participarem do Plebiscito Popular 2025, respondendo essa grande consulta Popular Nacional, que está ouvindo a população sobre Trabalho, Justiça e Dignidade. E desejou bom trabalho

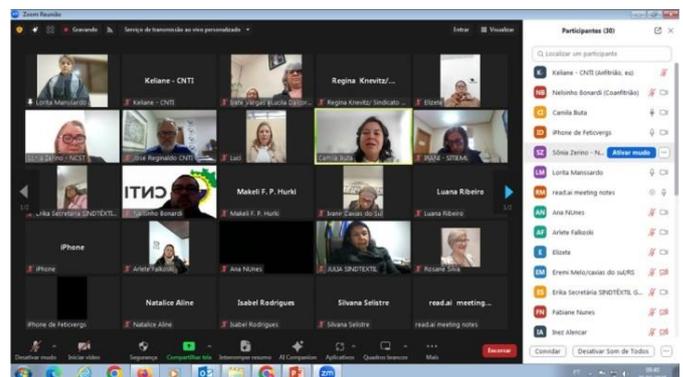
a todas. Em seguida, o Secretário Geral Nelson Bornardi fez também sua saudação a todas as participantes desejando êxito na atividade.

Na sequência foi feita a leitura do Regimento das Conferências Livres que se encontra no Regimento Geral da 5ª CNPM dos art.17 ao art.22.

A programação seguiu após leitura do regimento com duas palestras, a primeira com a Dra. Camila Ikuta, assessora Técnica Sênior do DIEESE, com o tema: Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica, e a segunda com a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério da Mulher, Rosane Silva, com o tema: Política Nacional de Cuidados, que trouxeram ricas contribuições grandes esclarecimentos para os debates, construção e aperfeiçoamento das propostas e suas aprovações.

Dados de 2024 apresentados durante as palestras mostraram que as mulheres ainda ganham 20,9% menos que os homens, índice que sobe para 52,5% no caso das mulheres negras. Também chamou atenção para a precarização do trabalho feminino, com milhões de mulheres fora do mercado formal por falta de creches e políticas públicas de cuidado. De acordo com estudos do DIEESE.

Durante os debates a maioria das sindicalistas destacaram os obstáculos à efetivação da Lei 14.611/2023, que garante igualdade salarial entre homens e mulheres, setores empresariais resistem à aplicação da lei, e muitas empresas preferem pagar multas a corrigir desigualdades.



Foram construídas e apresentadas várias propostas, 13 foram aprovadas pelas sindicalistas, relacionadas ao mundo do trabalho e a defesa dos direitos. Das quais 03 foram escolhidas de maior consenso, que de acordo com regimento serão enviadas a plataforma Brasil Participativo.

A Conferência Livre de Mulheres Trabalhadoras Industriárias da CNTI - Região Sul, elegeu uma representante titular: Ivete de Fatima Vargas da

**Brasília-DF, 04 de julho de 2025**

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Têxtil do RS e uma representantes suplentes, Arlete Falkoski de Brito do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado e Vestuário de Santo Antônio da Patrulha -RS.

[Veja os dados da Igualdade no Mundo do Trabalho](#)

[Confira algumas das propostas aprovadas na Conferência](#)

Deputados do PT propõem jornada semanal de 36h sem corte de salário

Projeto veda trabalho aos sábados e exige contratação após seis meses seguidos de horas extras.



Líder do PT na Câmara, o deputado Lindbergh Farias (RJ) é o primeiro signatário da proposta. Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Deputados do PT protocolaram na quinta-feira (3) o Projeto de Lei 3197/2025, que propõe uma reforma na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para reduzir a jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas, sem redução de salário. A medida também busca proibir, por regra geral, o trabalho aos sábados e reforça limites ao uso de horas extras.

O objetivo, segundo os autores, é ampliar o tempo disponível para a vida pessoal e familiar da classe trabalhadora.

O que muda na prática

- A jornada padrão passa a ser de segunda a sexta-feira, com até 8 horas diárias e 36 semanais;
- Intervalos e deslocamentos em locais de difícil acesso passam a ser computados como parte da jornada;
- Horas extras aos fins de semana exigem negociação coletiva e pagamento de no mínimo 100% acima do valor normal;

- Mulheres grávidas a partir do 6º mês e lactantes até 6 meses após o parto não poderão fazer horas extras;

Caso o trabalhador realize horas extras por mais de seis meses seguidos, a empresa terá de contratar novos funcionários proporcionalmente. Apesar de não proibir expressamente a jornada 6x1, o projeto enfraquece esse modelo ao estabelecer como regra geral o trabalho de segunda a sexta-feira. Escalas que envolvam trabalho aos sábados ou domingos só poderão ser adotadas mediante acordo coletivo, respeitando o limite de 36 horas semanais. Na prática, a medida tende a restringir o uso da jornada de seis dias consecutivos, comum em setores como comércio e serviços.

Plantões e compensações

O projeto também regulamenta os regimes de plantão e compensação. Escalas de 12x36 continuam permitidas por acordo coletivo, desde que a média de horas no mês não ultrapasse o novo limite semanal de 36 horas.

Fonte: Agência Senado

MPT lança guia de atuação contra os impactos das mudanças climáticas no meio ambiente do trabalho

Documento reúne materiais sobre o tema elaborados pela instituição



O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou guia de atuação contra os impactos das mudanças climáticas no meio ambiente do trabalho. A publicação reúne artigo, diretrizes de atuação, estudos sobre exposição ocupacional ao calor e à fumaça de incêndios, recomendações para empresas, autoridades públicas e sindicatos, além do documento assinado durante o ato público "Por um futuro sustentável no trabalho e no clima".

Ondas de calor, incêndios, enchentes e secas

Brasília-DF, 04 de julho de 2025

prolongadas são fenômenos cada vez mais frequentes e intensos e colocam em risco a saúde e a segurança no trabalho. Diante disso, o guia busca disseminar conhecimento sobre o tema, estimular o diálogo socioambiental e fortalecer a atuação institucional diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

A publicação é fruto das ações realizadas durante a campanha Abril Verde 2025 do MPT, que neste ano abordou os efeitos das mudanças climáticas no trabalho e a necessidade de fazer adaptações na rotina para garantir a proteção de profissionais.

Os materiais foram elaborados pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) e pelo Grupo de Estudo Mudanças Climáticas e Impactos no Meio Ambiente do Trabalho. A coordenadora nacional da Codemat, Cirlene Zimmermann, destaca que "a publicação do Guia é uma entrega do MPT para subsidiar os debates sobre os rumos da política climática global na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), especialmente para reforçar a importância de se considerar a necessidade de proteção do meio ambiente do trabalho nos planos de ação climática".

A COP30 acontece em Belém/PA, em novembro.

[Acesse o documento.](#)

Fonte: MPT

Crédito consignado para trabalhador do setor privado vai à sanção



Carlos Moura/Agência Senado

O Senado aprovou nesta quarta-feira (2) a criação de uma plataforma digital para centralizar a oferta de crédito consignado a trabalhadores formais, microempreendedores individuais (MEIs), empregados domésticos e trabalhadores rurais prevista na Medida

Provisória (MP) [1.292/2025](#). A proposta, que recebeu votos contrários de senadores da oposição, segue para sanção presidencial.

O texto editado em março foi alterado pelo Congresso na forma de um projeto de lei de conversão do relator, Rogério Carvalho (PT-SE). O senador incluiu os trabalhadores por aplicativo entre os que podem ter acesso ao consignado no texto do PLV 1/2025.

Por meio dessa plataforma (chamada de Crédito do Trabalhador), que está integrada à Carteira de Trabalho Digital e foi lançada em 21 de março, é possível comparar condições de financiamento entre diferentes instituições financeiras habilitadas, com regras específicas para cada categoria de trabalhador.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a plataforma já havia movimentado mais de R\$ 14 bilhões, relativos a 25 milhões de contratos, até o início de junho. Na ocasião, o ministério também informou que cerca de 63% das operações estavam concentradas em trabalhadores com renda de até quatro salários mínimos.

Fonte: Agência Senado

Investimento em tecnologia terá financiamento extra de R\$ 4 bi do FAT

Recursos foram liberados pelo Conselho Monetário Nacional



© Tomaz Silva/Agência Brasil

As indústrias terão R\$ 4,43 bilhões adicionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiarem investimentos em tecnologia. Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou de 1,5% para 2,5% o limite de saldo do FAT usado em linhas de crédito corrigidas pela Taxa Referencial (TR).

Todo o incremento de 1 ponto percentual será destinado exclusivamente a linhas de crédito para investimentos e gastos em difusão tecnológica. Em

**Brasília-DF, 04 de julho de 2025**

nota, o Ministério da Fazenda explicou que a medida atende a pedido do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), que constatou demanda reprimida por financiamentos do tipo.

Por não envolver gastos primários da União, a medida não terá impacto nas metas do arcabouço fiscal. Segundo a Fazenda, a medida alavancará o apoio à indústria e ampliará o acesso a crédito com melhores condições financeiras, indexados à TR.

A medida faz parte do programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em 2023. A Missão 4 do NIB prevê elevar para 90% o nível de digitalização na indústria até 2033, por meio de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Um dos principais instrumentos do NIB tem sido o programa BNDES Mais Inovação, que prevê R\$ 21 bilhões em financiamentos até 2026 com custo indexado TR. O programa já obteve resultados expressivos em 2023 e 2024, mas, segundo a Fazenda, o teto de 1,5% de saldo do FAT, uma das fontes de recursos do BNDES, era insuficiente para atender à demanda apresentada.

O CMN é um órgão colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e composto pelo presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, e pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Fonte: Agência Brasil

Duas faltas anuais ao trabalho para quem doar sangue seguem para a Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou nesta quarta-feira (2) projeto que amplia o abono de falta ao trabalho por motivo de doação de sangue (PL 4.400/2023). Hoje, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) autoriza uma falta anual para esse fim, sem desconto no salário. O autor, senador Cleitinho (Republicanos-MG), propõe dois dias ao ano, com seis meses de intervalo entre as doações. A relatora, senadora Zenaide Maia (PSD-RN) afirmou que a mudança ajuda na manutenção dos estoques dos hemocentros.

O PL 4.400/2023 segue diretamente para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja requerimento para deliberação da matéria no Plenário do Senado.

Fonte: Agência Senado



Uma grande consulta nacional para ouvir o povo sobre trabalho, justiça e dignidade. Sua opinião conta!

Fonte: Plebiscito Popular 2025

<https://share.google/UfAHok8W3WXwxJ41p>

